

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO – PPC
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM

Gestão Pública Avançada - GPA

Florianópolis, Julho de 2022

ÍNDICE

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- a) **Denominação do Curso**
Curso de Especialização *Lato sensu* em Gestão Pública Avançada – GPA
- b) **Categoria**
Especialização *Lato Sensu*
- c) **Modalidade**
A distância
- d) **Local de realização**
Fundação ENA, localizada Rod. Admar Gonzaga, nº 1188 (anexo ao CETRE – Centro de Treinamento da Epagri) - CEP 88034-000 Bairro Itacorubi, Florianópolis – SC.
- e) **Turno**
EAD
- f) **Periodicidade**
Anual
- g) **Vaga total anual**
100 vagas
- h) **Atividades Complementares**
Não há atividades complementares.
- i) **Coordenação**
- j) **Carga horária**
360 horas

2. PERFIL DO CURSO

A Fundação Escola de Governo ENA' foi criada pelo Governo de Santa Catarina em junho de 2009, em convênio com a École Nationale D'Administration - L'ENA' da França, que foi sucedida no dia primeiro de janeiro de 2022 pelo Instituto Nacional do Serviço Público (INSP).

Os cursos da Fundação ENA têm por objetivo contribuir com a melhoria da gestão pública, mediante a disseminação de importantes princípios, ferramentas e técnicas consagradas pelo modelo de administração pública da L'ENA' Francesa, hoje **Instituto Nacional do Serviço Público (INSP)**, adaptadas à realidade do serviço público nacional e as particularidades da realidade catarinense, com vista à aplicação prática dos conteúdos.

A Fundação Escola de Governo ENA, é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito público, e está vinculada à Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina.

A instituição tem sede e foro no Município de Florianópolis, com patrimônio e receitas próprias, possuindo como diretriz principal de seu funcionamento a busca do autofinanciamento. Para tanto, goza de autonomia técnico-científica, operacional, administrativa e financeira.

Seu quadro funcional é formado por servidores públicos do Estado de Santa Catarina, em cargo de provimento efetivo e em comissão, ligados, estes, às suas áreas de atuação.

A Fundação Escola de Governo ENA, no cumprimento de seu objetivo central de capacitar, desenvolver e aperfeiçoar integrantes do quadro funcional e administrativo estadual, transcende a fronteira da mera transmissão de conhecimentos, pois atua no aperfeiçoamento técnico, cognitivo e no desenvolvimento das práticas relativas ao exercício das funções públicas alinhadas com o compromisso de modernização do Estado, com a governança voltada à sustentabilidade e com a excelência dos serviços prestados à sociedade.

O Decreto n. 1.386, de 27 de julho de 2021, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento dos Servidores (PEDS) da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, tem como uma de suas diretrizes “*desenvolver e aperfeiçoar as competências do servidor com aplicabilidade no cotidiano das atividades inerentes à função e às atribuições do cargo*” (SANTA CATARINA, 2021), entre outras, e estabelece que cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu “*deverão, preferencialmente, ser desenvolvidos e coordenados pela Fundação Escola de Governo (ENA), por meio de educação presencial ou a distância*” (SANTA CATARINA, 2021).

A atuação institucional da ENA é pautada nos princípios constitucionais que regem a administração pública – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; pela observância dos fundamentos essenciais e inovadores às boas práticas em gestão pública, com diretrizes voltadas à gestão por resultados, ética e eficiência no uso dos recursos públicos, responsividade em relação às demandas dos cidadãos, transparência das ações, incentivo às parcerias, valorização das carreiras públicas do quadro estadual e universalização dos serviços.

A carência de programas de capacitação, de aperfeiçoamento e de desenvolvimento profissional na Administração Pública brasileira tem sido apontada como um dos principais entraves à dinamização e à racionalização dos serviços públicos nos últimos anos.

Para contribuir na mitigação deste problema, o Governo do estado de Santa Catarina criou a Fundação Escola de Governo ENA, voltada, primordialmente, à capacitação dos servidores públicos vinculados aos poderes executivo, legislativo e judiciário de Santa Catarina, particularmente através da oferta regular de cursos de formação, de graduação e de pós-graduação.

Este projeto de curso de pós-graduação *lato sensu* de Especialização em *Gestão Pública Avançada* foi estruturado de forma a atender a esta demanda de formação profissional em gestão na administração pública, visando oferecer uma formação profissional consistente e que atenda aos requisitos de rigor científico e didático.

Espera-se deste curso uma formação acadêmica avançada e de qualidade, com titulação compatível, voltado para a qualificação funcional e profissional dos participantes e que atenda aos interesses e às necessidades de desenvolvimento da Administração Pública.

O curso de especialização em Gestão Pública Avançada foi concebido com os propósitos de possibilitar aos gestores públicos:

- Gerir recursos públicos.
- Desenvolver projetos e ações sociais.
- Estruturar e coordenar políticas públicas.
- Promover a interação entre organizações do terceiro setor e o Estado.
- Organizar licitações públicas.
- Gerenciar parcerias público-privadas.
- Inovar na área da administração pública.

Este curso irá fortalecer a relação entre a Fundação ENA e o governo do Estado de SC e possibilitar aos servidores públicos do Estado da Santa Catarina uma formação moderna e de acordo com as necessidades dos órgãos municipais, estaduais e federais.

2.1 Inserção regional

O estado de Santa Catarina possui um perfil diversificado: uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, divide espaço com um parque industrial atuante, considerado o quarto maior do país. Indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalham-se por todo o seu território.

A população de Santa Catarina está estimada em 7.338 milhões de habitantes que estão dispersos em uma área de 95,7 mil km². A força de trabalho, no segundo trimestre de 2021, está estimada em 3,761 milhões de pessoas, sendo que 94,2% delas estão ocupadas. Dessas, 51,7% estão empregadas no setor privado (90% com carteira assinada, o maior percentual do País), 4% são trabalhadores domésticos, **11,1% empregados no setor público** (grifo nosso), 5,2% são empregadores e 25,8% trabalham por conta própria. Os trabalhadores familiares auxiliares representam outros 2,2% da população ocupada. Dos 3.540 milhões de catarinenses ocupados, 15,4% estão na administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (SANTA CATARINA, 2021c).

Os servidores públicos estaduais em exercício, segundo dados da Secretaria de Estado da Administração (SEA) (CAVALHERO, 2021), recebidos dias 29 de setembro de 2021, e que são potencialmente o público de atuação da Fundação Escola de Governo ENA, perfazem um total de 121.107 profissionais.

Elenca-se alguns indicativos para que se possa visualizar claramente alguns perfis desses profissionais. Em suas fichas funcionais, 74.799 declaram-se do sexo feminino e 46.306, masculinos. Um objetivo, transformado em projeto de formação continuada que a ENA pode capitanear é a discussão das questões de gênero e étnico-raciais, sugerindo, inclusive, a revisão e alteração, quando necessário, de formulários padrão da máquina pública, no que se refere a essa declaração pessoal.

Santa Catarina é um estado de destaque no cenário nacional em muitos aspectos/campos e, entre eles, está a eficiência da máquina pública. A Fundação Escola de Governo ENA não mede esforços para que o estado continue em primeiro lugar no país tornando-se, também, uma referência internacional por sua elevada qualidade da administração pública.

O credenciamento da ENA para a oferta de cursos de especialização lato sensu na modalidade a distância, irá possibilitar que a Escola possa chegar a todos os cantos do Estado, visto que é a responsável pela oferta e operacionalização da formação dos servidores das três esferas de governo, que atuam em todo o território catarinense.

Na EAD, a ENA pretende atuar em cursos 100% na modalidade a distância, ou seja, estudantes e professores estarão dentro do AVA de cada disciplina especialmente organizada. As avaliações, serão aplicadas por meio de tecnologias com utilização de gravação em vídeo. Desta forma, a ENA não contará com polos presenciais, toda a organização e oferta dos cursos será feita a partir da sede para os servidores públicos do estado de Santa Catarina.

A infraestrutura física, tecnológica e de pessoal é aquela já projetada nas metas e no documento chamado Planejamento Estratégico da ENA (2022/2026), bem como o projeto pedagógico dos cursos.

3. PERFIL DO EGRESSO

Objetivo Geral

Pensando na importância da implementação de programas de capacitação voltados para a formação de profissionais capazes de elaborar novas técnicas e processos e, tendo em vista a necessidade de desenvolvimento da gestão pública, o curso de Especialização *Lato Sensu em Gestão Pública Avançada*, tem como **objetivo** principal formar gestores públicos comprometidos com altos padrões de eficiência da administração pública.

Objetivos Específicos

- Formar gestores públicos proporcionando-lhes a aquisição de conhecimentos e instrumentos de gestão, que contribuam para a elevação dos padrões de eficiência e eficácia da administração pública.
- Desenvolver uma visão ampla e integrada da administração pública junto aos participantes, favorecendo a reflexão e o debate sobre a ética pública, a democracia, a cidadania e a responsabilidade do Estado perante a sociedade.
- Promover a prospecção e a difusão de novos conhecimentos sobre gestão pública por meio de estudos e de capacitação em organizações públicas, mistas e privadas.

Público Alvo

O curso é destinado servidores da Administração Pública, especialmente coordenadores e gestores, nas três esferas de poder: municipal, estadual e federal do Estado de Santa Catarina.

4. FORMA DE ACESSO AO CURSO

Os servidores públicos interessados deverão procurar os gestores dos órgãos/entes aos quais estão vinculados e solicitarem a sua inscrição no curso, por meio de abertura de processo interno. As instituições podem optar por critérios internos de escolha dos participantes e informarem os nomes dos estudantes.

A coordenação do curso de pós-graduação e a Secretaria Acadêmica, poderão vetar a inscrição de qualquer candidato que não tenha os requisitos mínimos:

- 1) Diploma de graduação.
- 2) Ser servidor público do Estado de Santa Catarina.

O órgão solicitante deverá inserir no sistema de pré-matrícula os dados dos servidores que irão participar do curso.

A ENA irá disponibilizar um quantitativo de vagas suficientes para fechar no máximo 100 vagas anuais para os diferentes órgãos do Estado de SC.

GESTÃO PÚBLICA AVANÇADA (GPA)

Modalidade: EAD

5. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO



Fonte: ENA. 2022.

6. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação da aprendizagem da pós-graduação *lato sensu* segue as premissas didático-pedagógicas constantes no PDI, conforme já abordado neste PPC. Os pressupostos que irão reger o processo de avaliação da aprendizagem têm como base os conceitos e discussões de Perrenoud (1999), Esteban (2003) e Luckesi (1998).

Segundo Perrenoud (1999), a avaliação é um processo mediador do currículo e está intimamente relacionado à gestão da aprendizagem dos alunos. O autor critica a avaliação para obtenção de certificado ou notas, pois, como uma ação mediadora, deve pressupor um exercício constante de investigação, análise e reflexão do professor em relação a seus alunos e do aluno, por sua vez, em relação a sua aprendizagem. Para Esteban (2003, p. 22-23):

Avaliar é interrogar-se. Precisamos indagar: por que não? A pergunta não nega a absolutização do saber e do não saber e ressalta a relevância de se considerar a construção do conhecimento como uma possibilidade permanente. Esta pergunta convida a ultrapassar os limites do já conhecido, do que foi observado no contexto de produção e socialização do saber, sugerindo a existência de possibilidades até então desconhecidas.

O processo de avaliação da aprendizagem deve ser entendido como uma oportunidade de conhecimento ao longo do processo, jamais um ponto definitivo do mesmo, conforme afirma Luckesi (1998).

A seguir, apresentamos os tipos de instrumentos de avaliação existentes e a quantidade mínima a ser utilizada no modelo de especialização EAD da ENA.

6.1 TIPOS DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os instrumentos de avaliação irão contemplar questões do tipo: situações-problema, estudos de caso, pesquisa em empresas e instituições, observação participante, análise de cenários, fóruns de discussão, simulações em softwares e aplicativos, exercícios automatizados, atividades em pares etc. Cada disciplina será planejada, elaborada e ofertada conforme o plano de ensino, no entanto, contará com diferentes tipos e formatos de avaliação da aprendizagem. Descrevemos a seguir os diferentes tipos de avaliações que podem ser integrante de cada disciplina.

6.1.1 Autoavaliação

Cada disciplina contará com atividades de autoavaliação automatizadas. Elas terão o objetivo de o aluno diagnosticar se compreendeu ou não os conteúdos. Função diagnóstica do processo de avaliação da aprendizagem.

6.1.2 Avaliação On-line

Cada disciplina contará com atividades de avaliação automatizadas obrigatórias ao longo das unidades de aprendizagem. As atividades de avaliação on-line farão parte da soma na média final da disciplina. Função somativa da avaliação.

6.1.3 Estudo de caso

As atividades de estudo de caso são uma oportunidade para os alunos colocarem em prática os conceitos aprendidos, além de fornecerem uma aplicabilidade dos conteúdos discutidos ao longo de cada disciplina. Eles podem ser reais ou fictícios. Função formativa da avaliação.

6.1.4 Aprendizagem colaborativa

As atividades colaborativas serão aquelas realizadas em grupos por meio de ferramenta para este objetivo no AVA ou em fóruns de discussão, também no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Esse tipo de atividade proporciona aos alunos uma interação entre eles, a situação-problema/tema ofertado e o professor. Função formativa/dialógica da avaliação. Neste tipo de avaliação o estudante terá a possibilidade de desenvolver competências de relacionamento, respeito e colaboração, cada vez mais importante para a atuação do servidor público.

6.1.5 Avaliação por meio de seminários virtuais síncronos

Cada disciplina poderá contar com momentos avaliativos síncronos, por meio de seminários virtuais em grupos. Desta forma o professor poderá avaliar os estudantes conforme os critérios a seguir, que são sugestões para cada disciplina: uso adequado do tempo; planejamento e organização; postura; qualidade dos slides ou outros recursos didáticos utilizados; domínio do conteúdo; clareza e objetividade; qualidade/Habilidade das respostas após a apresentação etc.

6.1.6 Avaliação Final On-line

A avaliação final online será disponibilizada aos alunos que não alcançarem média final 7,0, conforme o plano de ensino de cada disciplina. Essa avaliação possui questões de múltipla escolha, tendo como foco os conteúdos e atividades de cada disciplina.

6.2 Sistema de Aprovação/Reprovação

A média final de cada disciplina é 7,0 (sete), tendo como parâmetro os pesos estipulados no plano de ensino para cada atividade e disciplina. Caso o aluno não tenha conseguido alcançar a média final, ele poderá fazer uma avaliação final on-line. As avaliações dissertativas deverão ter peso maior que as avaliações objetivas em cada disciplina. Cada disciplina deve ter no mínimo uma avaliação dissertativa e uma avaliação objetiva.

7. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

Na ENA a CPA é o órgão com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Os principais instrumentos produzidos e que serão produzidos pela CPA relacionados às dimensões do SINAES são:

1. Instrumento de avaliação institucional (estudante).
2. Instrumento de avaliação institucional (egresso).
3. Instrumento de avaliação institucional (professor).
4. Instrumento de Avaliação institucional (funcionários e gestores).
5. Instrumento de Avaliação do docente pelo estudante.

As ações de caráter permanente são fundamentalmente aquelas relacionadas às dez dimensões avaliativas estabelecidas pelo SINAES. As ações relacionadas à avaliação das dimensões serão inseridas em programações anuais que serão homologadas pelo coletivo da CPA, divulgadas para a comunidade e revisadas periodicamente de acordo com os resultados e os impactos desejados na IES.

Além da avaliação anual da CPA, a equipe da DITEC irá aplicar questionário de reação para os estudantes após cada disciplina, na perspectiva de avaliar o professor, a disciplina e os serviços prestados pela ENA.

- 1) Os professores são avaliados quanto ao desempenho em sala de aula no tocante a metodologia de ensino, assiduidade, pontualidade, avaliação e feedback e interação com a turma.
- 2) Quanto à disciplina esta é avaliada, quanto à utilidade e contribuição da mesma para formação do profissional; acervo da biblioteca; organização da disciplina no AVA; recursos didáticos; instrumentos de avaliação; relação teoria-prática; infraestrutura e atendimento ao aluno; atendimento da coordenação do curso.

Os resultados serão tabulados pela equipe da DITEC da ENA, com elaboração de relatório quantitativo e qualitativo, incluindo sugestões de melhoria para o processo. O relatório será compartilhado com a coordenação do curso, que fará as devolutivas para professores e estudantes.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Não se aplica.

9. ESTÁGIO CURRICULAR

Não se aplica.

10. ATO AUTORIZATIVO ANTERIOR OU ATO DE CRIAÇÃO

Não se aplica.

11. DETALHAMENTO DO CURSO

O currículo do curso foi estruturado de forma a conduzir o aluno à obtenção final do título de Especialista em *Gestão Pública Avançada*.

A estrutura curricular do curso está distribuída em seis meses, com 360 horas/aula. Não há TCC para o referido curso.

As atividades do curso estão divididas em quatro módulos:

Módulo I – Fundamentos da Gestão Pública- 45h/aula

Contempla disciplinas introdutórias à administração pública.

GPA 1 - Administração Pública Brasileira

GPA 2 - Análise de Políticas Públicas

GPA 3 - Gestão do Conhecimento e da Inovação nas Organizações Públicas

Módulo II - Direito e Administração Pública – 60h/aula

Contempla disciplinas introdutórias à legalidade da administração pública.

GPA 4 – Princípios Legais da Administração Pública

GPA 5 – Direito Administrativo

GPA 6 - Processo Licitatório e Contratos Administrativos

Módulo III – Atividade Financeira do Estado - 75h/aula

Contempla disciplinas voltadas ao planejamento e a inteligência da gestão das finanças públicas.

GPA 7 - Contabilidade Pública

GPA 8 – Orçamento e Finanças Públicas

GPA 9 - Controle no Setor Público

GPA 10 - Economia Brasileira

Módulo IV – Gestão Estratégica da Administração Pública – 180h/aula

Contempla as disciplinas voltadas ao estudo de ferramentas para a gestão organizacional e o planejamento e gestão das organizações públicas.

GPA 11- Gestão Estratégica de Organizações Públicas

GPA 12 - Gestão de Processos

GPA 13 – Negociação e Gestão de Conflitos

GPA 14 - Projetos Públicos: Elaboração e Gestão

GPA 15 - Monitoramento e Avaliação da Gestão Governamental

GPA 16 - Gestão Pública para Resultados

GPA 17 - Gestão Empreendedora no Setor Público

Módulo I – Fundamentos da Gestão Pública- 45h/aula		
Disciplinas	C/H	Ementas
GPA 1 - Gestão do Conhecimento e da Inovação nas Organizações Públicas	15	Produção da informação e do conhecimento. Sociedade Industrial e Sociedade do Conhecimento. A gestão do conhecimento, da inovação e da criatividade nas organizações. A Gestão do Conhecimento e os Modelos de Gestão Organizacional. A informação, a comunicação e o conhecimento nas organizações públicas; Gestão de Mudança; Gestão da Inovação; Inteligência Organizacional. Tecnologia da Informação Aplicada à Gestão do Conhecimento.
OBJETIVO GERAL Possibilitar a identificação de necessidades de informação e conhecimento em um contexto organizacional para a definição de iniciativas articuladas de gestão do conhecimento.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS - Entender a importância da gestão do conhecimento para as organizações públicas. - Identificar os principais elementos que devem ser tratados pela estratégia de implementação da gestão do conhecimento. - Conhecer diferentes métodos, técnicas e ferramentas para apoiar a implementação de práticas de gestão do conhecimento nas organizações.		
BÁSICA MENEGASSI, Cláudia Herrero Martins et al. Gestão do conhecimento nas organizações : inovação, gestão, educação e tecnologia. Jundiaí: Paco e Littera, 2020. 1 recurso online (140 p. (Gestão do conhecimento nas organizações, 4). ISBN 9788546219469. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&AN=2363132 . Acesso em: 21 ago. 2021. ALFENAS, R. A. da S.; SANTOS, C. S. dos; DIAS, D. C. da S.; ARAÚJO, V. G. B. de;		

SILVA, D. V. F. M. R. Gestão do conhecimento nas organizações públicas brasileiras: revisão e bibliometria de obras no período de 2008 a 2017. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 72, n. 2, p. 452 - 478, 2021. DOI: 10.21874/rsp.v72i2.3913. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3913>. Acesso em: 8 ago. 2022.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; INOCENTE, David Forli; MIURA, Irene Kazumi. Aprendizagem organizacional e gestão do conhecimento: pautas para a gestão de pessoas. **Rev. bras. orientac. prof.**, São Paulo , v. 12, n. 2, p. 227-240, dez. 2011 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902011000200010&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 22 ago. 2021.

COMPLEMENTAR

XARÁ, Luciana Batista. Gestão de processo: uma análise na implantação de serviços digitais no portal de serviços do governo do estado de SC. 2022. 1 recurso on-line (85 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Curso de Administração Pública, Florianópolis, 2022. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000097/00009720.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

Escola do Legislativo Piracicaba. **Inovação e Gestão do Conhecimento na Administração Pública (07/05/2019)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MEFw3QdtXxw>. Acesso em: 08 de ago. 2021.

FERREIRA, Camila. **Diretrizes para redes colaborativas de estímulo à inovação**. 2021. 1 recurso on-line (124 p.) Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Mestrado Profissional em Administração, Florianópolis, 2021. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00008c/00008c09.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

TERRA, José Cláudio Cyrineu. **Gestão 2.0: como integrar a colaboração e a participação em massa para o sucesso nos negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ANGELONI, Maria Terezinha. **Gestão do conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresas públicas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

<p style="text-align: center;">GPA 2 - Administração Pública Brasileira</p>	<p>15</p>	<p>Administração pública brasileira: como chegamos até aqui, trajetória e momentos de ruptura/continuidade. Modelos de administração pública e sua aplicação no caso brasileiro e suas características. Administração pública brasileira e comparação com o contexto internacional. Desafios e perspectivas da administração pública no Brasil.</p>
<p>OBJETIVO GERAL</p>		

Compreender a formação da administração pública brasileira, suas características e desafios.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reconstituir e dialogar sobre a trajetória da administração pública brasileira.
- Dialogar sobre os diferentes modelos de administração pública, seus alcances e limites no caso brasileiro.
- Refletir sobre a aplicação desses modelos em diferentes realidades nacionais e o que é inspirador para o caso brasileiro.

BÁSICA

MOTTA, Paulo Roberto. A modernização da administração pública brasileira nos últimos 40 anos. **Revista de Administração Pública** [online]. 2007, v. 41, pp. 87-96. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000700006>. Acesso em 10 ago. 2021.

BUENO, R. L. P.; BRELÀZ, G. de; SALINAS, N. S. C. Administração pública brasileira no século 21: seis grandes desafios. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 67, p. 7 - 28, 2016. DOI: 10.21874/rsp.v67i0.1152. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1152>. Acesso em: 8 ago. 2021.

CARNEIRO, R., and MENICUCCI, TMG. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde [online]. Rio de Janeiro: **Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República**, 2013. Vol. 1. pp. 135-194. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/895sg/pdf/noronha-9788581100159-06.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2021.

COMPLEMENTAR

Fadul, Élvia et al. Administração pública no Brasil: reflexões sobre o campo de saber a partir da Divisão Acadêmica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (2009-2013). **Revista de Administração Pública** [online]. 2014, v. 48, pp. 1329-1354. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-76122012>. Acesso em 01 ago. 2021.

ANDION, Carolina. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos EBAPE.BR** [online]. 2012, v. 10, n. 1, pp. 01-19. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000100003>. Acesso em: 10 Jun. 2021.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública** [online]. 2007, v. 41, n. spe, pp. 67-86. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000700005>. Acesso em: 10 Jun. 2021.

ANDREWS, Christina W. E BARIANI, Edison (orgs). **Administração pública no Brasil**. São Paulo: Editora UNIFESP, 2010.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico e ZAMOT, Fuad (orgs). **Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GPA 3 - Análise de Políticas Públicas

15

Dimensões de análise das políticas públicas: tipos de políticas públicas, atores de políticas públicas, fases do processo de elaboração de políticas públicas (formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação, extinção), instituições, estilos de política pública.

OBJETIVO

Compreender os pressupostos teóricos e esquemas analíticos que propiciam uma compreensão das políticas públicas na realidade brasileira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar ao estudante os elementos essenciais do processo de criação de políticas públicas, seus atores, estilos, instituições e conteúdos.
- Ressaltar o viés pragmático desse estudo, com exemplos aplicados à realidade brasileira.
- Despertar o senso crítico em torno das possibilidades e desafios da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SOUZA, Yalle Hugo de; SECCHI, Leonardo. Extinção de Políticas Públicas. Síntese Teórica sobre a Fase Esquecida do Policy Cycle. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 20, n. 66, p. 75- 93, Jan./Jun. 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/viewFile/39619/52574>. Acesso em: 25 mai. 2016.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n48/a06v21n48.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2016.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo Cengage Learning 2016. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2005, v. 20, n. 59, pp. 97-110.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000300007>. Acesso em: 03 fev. 2021.

PROCOPIUCK, Mario. Políticas públicas e fundamentos da administração pública análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. São Paulo Atlas 2013. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

LIMA, Luciana Leite et al. Políticas públicas e desenvolvimento: uma proposta de modelo de análise. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** [online]. 2021, v. 13, e20210048. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20210048>. Acesso em: 13 fev. 2022.

HOWLETT, Michael, RAMESH, M., PERL, Anthony. **Política pública: seus ciclos e subsistemas, abordagem integral**. São Paulo: Elsevier, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage, 2013.

Módulo II – Direito e Administração Pública – 60h/aula

Disciplinas	C/H	Ementas
GPA 4 – Princípios Legais da Administração Pública	15	Noções de Direito. Fontes do Direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Organização Político-Administrativa do Estado Democrático de Direito. Princípios Constitucionais da Administração Pública e Princípios Legais Regedores de Sua Atividade.

OBJETIVO GERAL

Apresentar aos alunos uma visão panorâmica e sistematizada da Teoria Geral do Estado, das formas e sistemas de governo e dos princípios constitucionais da Administração Pública, buscando prepará-los para estudos mais aprofundados acerca dos temas mais candentes e controvertidos acerca das disciplinas específicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar a Teoria Geral do Estado e suas implicações com o atual sistema jurídico brasileiro.
- Compreender a organização político-administrativa do Estado Democrático de Direito.
- Discutir a estrutura dos princípios constitucionais da Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública** [online]. 2011, v. 45, n. 3, pp. 813-836. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000300011>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

ROCHA, Jenifer Martins da. **Atos de improbidade administrativa em licitações públicas**: um extrato da justiça catarinense. 2019. 33 p. TCC (Graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Curso de Administração Pública, Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00007e/00007e7c.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2020.

GABARDO, Emerson. O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado como fundamento do Direito Administrativo Social. O presente texto tem como base em capítulo da obra “Interesse Público e Subsidiariedade”, com diversas adaptações e atualizações. Cf.: GABARDO, Emerson. Interesse público e subsidiariedade: o Estado e a Sociedade Civil para além do bem e do mal. Belo Horizonte: Fórum, 2009. **Revista de Investigações Constitucionais** [online]. 2017, v. 4, n. 2. pp. 95-130. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rinc.v4i2.53437>. Acesso em 03 de ago. 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de Direito Público**. São Paulo: Malheiros, 2006.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2017.

DI PRIETO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2017.

GPA 5 – Direito Administrativo	15	Função administrativa do Estado. Direito Administrativo como instrumento da administração pública. Princípios da Administração. Entidades administrativas. Serviço público e sua delegação. Atos administrativos. Natureza jurídica da relação laboral pública. Cargos, funções e empregos públicos. Processo administrativo. Recursos: jurisdição una e jurisdição dupla. Prescrição no Direito Administrativo. Regime jurídico dos bens públicos. Utilização dos bens estatais. Responsabilidade da Administração Pública.
---------------------------------------	----	--

OBJETIVO GERAL

Fornecer instrumental básico (exposição e problematização da legislação pertinente, além da informação sobre autores e textos) para a compreensão das linhas gerais do Direito Administrativo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Situar a atividade administrativa entre as funções do Estado.
- Examinar o perfil da Administração Pública ao longo do tempo.
- Identificar os princípios que regem a Administração Pública.
- Compreender a estrutura e o peso da Administração Pública.
- Discutir as formas de prestação de serviços públicos.
- Compreender a forma do exercício da função administrativa através do processo administrativo.
- Examinar os aspectos atinentes aos atos administrativos, agentes públicos, bens públicos e a responsabilidade civil da Administração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COUTO, Reinaldo. **Curso de direito administrativo**. 4. São Paulo Saraiva 2019. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico**. 3. Rio de Janeiro Forense 2013. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 10. Rio de Janeiro: Método, 2022. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LEAL, V. N. Bibliografia. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 757–764, 1945. DOI: 10.12660/rda.v1.1945.8497. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/8497>. Acesso em: 15 Fev. 2021.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública**. 10a ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 29a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 12a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 32a ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

<p style="text-align: center;">GPA 6 - Licitações e Contratos Administrativos</p>	<p>30</p>	<p>Modalidades de licitação. Tipos de Licitação. Construção da minuta do edital. Elaboração do objeto e Termo de Referência. Análise da minuta do edital pelos membros da CL, pregoeiro, assistentes e assessoria jurídica. Atestados de capacidade técnica / certificados. Divulgação do instrumento convocatório. Conceitos relativos à gestão de contratos na Administração Pública; Formas de contratação na Administração Pública; Fundamentos e principais dispositivos da legislação vigente referente a contratos na Administração Pública; Contrato administrativo: regime jurídico, gestão, alterações, aditamentos, fiscalização, sanções; Riscos quanto à motivação do gasto, à compatibilidade do preço praticado, ao recebimento (liquidação da despesa) e à destinação para fins de interesse público. Atores envolvidos no processo de contratação e de gestão de contratos na Administração Pública Estadual.</p>
--	-----------	--

OBJETIVO GERAL

Fornecer os conhecimentos necessários para as atividades práticas relacionadas aos processos licitatórios e à gestão e fiscalização de contratos administrativos, permitindo ao pós-graduando uma maior segurança na tomada de decisões.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender os institutos relacionados aos processos licitatórios.
- Apresentar os problemas relacionados à licitação e seus entendimentos.
- Compreender os institutos relacionados à Gestão e Fiscalização de Contratos.
- Apresentar os problemas relacionados à contratação pública e seus entendimentos.
- Demonstrar as dificuldades e os caminhos possíveis para a solução dos problemas cotidianos da área.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIRES, Antonio Cecilio Moreira. **Comentários à nova Lei de Licitações Públicas e Contratos Administrativos Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021**. São Paulo: Almedina Brasil, 2022. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e contratos administrativos: teoria e prática**. Disponível em: <http://site.ebrary.com/lib/bibliotecaudesc/Doc?id=10737793>. Acesso em: 24 mar. 2015.

NOVA Lei de Licitações e contratos administrativos comentada e referenciada. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Darlan; FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva (coord.). Nova lei de licitações e contratos administrativos comentada. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitação pública e contrato administrativo**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

AMARAL, Antonio Carlos Cintra. **Licitação e contrato administrativo**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

MOREIRA, Egon Bockman; GUIMARÃES, Fernando Vernalha. **Licitação Pública**. São Paulo: Malheiros, 2012.

Módulo III – Atividade Financeira do Estado - 75h/aula

Disciplinas	C/H	Ementas
GPA 7 – Orçamento e Finanças Públicas	15	Orçamento público: conceitos, tipos, legislação pertinente, princípios orçamentários, leis orçamentárias, o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), a lei orçamentária anual (LOA). Aspectos da Lei orçamentária de acordo com a LRF. Alterações de orçamento: créditos suplementares, especiais, extraordinários. Receita na administração pública: tipos, classificação e etapas da receita orçamentária. Despesa na administração pública: tipos, classificação e etapas da despesa orçamentária, impacto da despesa pública no patrimônio público. Ordenadores, fases e comprovação das despesas.

OBJETIVO GERAL

Ao final da disciplina os alunos deverão ser capazes de identificar o processo orçamentário da administração pública, desde o PPA até a Lei Orçamentária Anual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar o processo de elaboração e construção do PPA, da LDO e da LOA.
- Identificar as receitas e as despesas orçamentárias.
- Conhecer os tipos de créditos adicionais e suas fontes de recursos para abertura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Fundação Escola Nacional de Administração Pública. **Orçamento Público Conceitos Básicos**. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/>. Acesso em: 15 Ago. 2021.

ARAÚJO, Inaldo. Contabilidade pública da teoria à prática. 3. São Paulo: Saraiva, 2020. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

KOHAMA, Helio. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 10. Edição. São Paulo: Atlas, 2009. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. Contabilidade pública uma abordagem da administração financeira pública. 14. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**: métodos com base na LC n. 101/00 e nas classificações contábeis advindas da SOF e STN. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão pública**: gestão pública aplicada. União, Estados e Municípios. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

GPA 8 - Controle no Setor Público	15	Controle da Administração Pública. Tipologia do controle e suas peculiaridades. Controle interno e controle externo. Controladoria e Sistemas de Informação. Controle social. Diferenças entre controle interno, auditoria interna, controladoria e accountability.
--	----	---

OBJETIVO GERAL

O curso tem o objetivo de proporcionar uma visão abrangente do papel do controle na administração pública e seus atores, capacitando alunas e alunos a propor soluções de controle em seus respectivos contextos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever a estrutura de controle na administração pública.
- Contextualizar historicamente os atores de controle na administração pública.
- Apresentar atores, tipologias e enfoques de controle.

- Apresentar tendências de estruturação do controle interno.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 7. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo, Silva, Thomaz Anderson Barbosa e Spinelli, Mario Vinícius. O papel das controladorias locais no cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos municípios brasileiros. **Cadernos EBAPE.BR [online]**. 2016, v. 14, n. 3, pp. 721-743. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395131556>>. Acesso em 30 dez. 2021.

BRASIL. **Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 16 Jun. 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PASCOAL, V. **Direito Financeiro e Controle Externo**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ROCHA, A.C.; QUINTIERE, M.M.R. **Auditoria Governamental: Uma abordagem metodológica da Auditoria de Gestão**, Curitiba: Juruá, 2008.

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. **Controle interno nos municípios: orientação para a implantação e relacionamento com os tribunais de contas**. São Paulo: Atlas, 2008.

CASTRO, R. P. A. de. **Sistema de Controle Interno: Uma Perspectiva do Modelo de Gestão Pública Gerencial**, Belo Horizonte: Fórum, 2014.

GALVÃO, Paulo Roberto; GIL, Antonio de Loureiro; OLIVEIRA JÚNIOR, Roberto de. **Gestão pública municipal de alto desempenho: governança e controladoria municipal**. Curitiba: Juruá Ed., 2016.

GPA 9 - Contabilidade Pública	30	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Contabilidade pública e a nova estrutura do Plano de Contas obrigatório para União, Estados e Municípios Estrutura dos Novos Demonstrativos Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Patrimonial; Prestação de contas; Transparência governamental. Lei de Responsabilidade Fiscal e suas implicações para o serviço público.
--------------------------------------	----	--

OBJETIVO GERAL

Fornecer aos estudantes conhecimentos sobre o processo de prestação de contas ao controle externo e social, utilizando-se da contabilidade aplicada ao setor público, dos demonstrativos elaborados e a transparência, enfocando a experiência do Estado de Santa Catarina.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender o processo de convergência internacional da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, sua aplicabilidade e o impacto nas informações geradas sobre o setor público para a gestão e para o controle externo e social;
Conhecer o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, padronizado pela Secretaria do Tesouro Nacional;
Compreender as Demonstrações Contábeis que compõem a Prestação de Contas do Governo do Estado e as prestações de contas dos órgãos e entidades;
Conhecer os instrumentos de transparência propiciados pela informação contábil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SUZART, Janilson Antonio da Silva; ROCHA, Diones Gomes da; ZUCCOLOTTO, Robson. O novo padrão de contabilidade aplicado ao setor público: estrutura conceitual. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

ALVES, Aline. Contabilidade pública avançada. Porto Alegre: SAGAH, 2017. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública teoria e prática. 15. São Paulo: Atlas, 2016. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 001/1992 a 091/2016 e Emendas Constitucionais de Revisão n.01 a 06/94. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP 01 a 05: Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público 01 a 05. Brasília: CFC, 2016. Disponível em <<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico>>. Acesso em: 08 de agosto de 2017.

CARVALHO JR., Antonio Carlos Costa d'Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo resultados fiscais**. 1a ed. Brasília: Gestão Pública, 2015.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade aplicada ao setor público**: abordagem simples e objetiva. 2a ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GPA 10 - Economia Brasileira	15	Economia Pública: As funções do Estado na economia. Falhas de mercado e regulação econômica. A economia do bem-estar. Mercados, eficiência e equidade. Tributação. Estrutura dos gastos públicos.
-------------------------------------	----	---

OBJETIVO GERAL

Apresentar os principais conceitos e categorias econômicas relacionando-as com a economia brasileira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Demonstrar historicamente a atuação do Estado na economia.
- Demonstrar quais as principais atribuições do Estado na economia.
- Conceituar economia do bem estar.
- Conhecer os principais conceitos de mercados e a dicotomia eficiência e equidade.
- Identificar os princípios econômicos fundamentais da tributação.
- Identificar a relação de tributos com os conceitos de elasticidade e inelasticidade da demanda, e conhecer as categorias de tributos.
- Conhecer a influência da inflação na tributação e os limites do Estado para tributar.
- Conhecer a estrutura dos gastos públicos e seus principais conceitos.
- Conhecer os efeitos dos gastos públicos sobre o nível de crescimento econômico.
- Entender a diferença entre crescimento e desenvolvimento.
- Conhecer o processo de desenvolvimento econômico ocorrido no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LACERDA, Antônio Corrêa de; REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2018. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira fundamentos e atualidade**. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

MARIANO, Jefferson. **Introdução à economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2008. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, José Roberto Novaes de. **Economia monetária**: uma abordagem brasileira . São Paulo: Atlas, 2009. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

ANTUNES, Felipe da Silva. **A importância do papel do estado na atividade econômica.** A Economia em Revista, v. 22, julho de 2014.

BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da Reforma da Previdência na Seguridade Social Brasileira. **Revista Psicologia & Sociedade.** V.15, p.57-96 jan/jun.2003.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** Petrópolis: Vozes: Ijuí : Ed. da Unijuí, 2003.

MARQUES, Rosa Maria; Ferreira, Mariana Ribeiro Jansen. **O Brasil sob a nova ordem:** a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

Módulo IV – Gestão Estratégica da Administração Pública – 180h/a

Disciplinas	C/H	Ementas
GPA 11- Gestão Estratégica de Organizações Públicas	30	Contextualização e definição de estratégia; As escolas e as tipologias de estratégia. Estratégia nas organizações; Planejamento e estratégia em organizações públicas; Análises externas e internas às organizações públicas; Cenários estratégicos; Sistemas de informações e principais indicadores sociais e econômicos brasileiros; Decisões estratégicas e níveis estratégicos; Desenvolvimento de estratégias nas organizações; Alianças estratégicas no setor público.

OBJETIVO GERAL

Fornecer elementos teóricos e práticos para compreensão do processo estratégico no âmbito das organizações governamentais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir as principais variáveis e ou categorias de análise envolvidas nos processos de gestão estratégica;
- Introduzir os pressupostos das principais perspectivas teóricas sobre gestão estratégica;
- Identificar e analisar as principais alternativas estratégicas para as instituições públicas;
- Desenvolver habilidade para analisar a gestão estratégica nas organizações públicas, unindo a teoria à prática.
- Fornecer os fundamentos para o planejamento estratégico e o planejamento estratégico situacional - PES.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARTMANN, E. **O Planejamento Estratégico Situacional no Nível Local: um Instrumento a Favor da Visão Multissetorial.** *Cadernos da Oficina Social* 3. Rio de Janeiro: Fiocruz fev/2000. p.98-119. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registro/referencia/0000001709>. Acesso em 10 fev. 2021.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de gestão estratégica na administração pública.** São Paulo: Atlas, 2011. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da inovação uma abordagem estratégica, organizacional e de gestão de conhecimento.** Rio de Janeiro. GEN: Atlas, 2019. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru; VERONEZE, Fernando. **Gestão de projetos: preditiva, ágil e estratégica.** 6. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

WHITTINGTON, Richard. **O que é estratégia.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce e LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico.** Porto Alegre: Bookman, 2000.

BARNEY, J.B.& HERSTERLY, W.S. **Administração estratégica e vantagem competitiva.** SP: Pearson Prentice Hall, 2007.

REZENDE, D. **Planejamento Estratégico público ou privado: guia para projetos em organização de governo ou negócios.** São Paulo: Atlas, 2012.

<p>GPA 12 - Gestão de Processos</p>	<p>30</p>	<p>a organização vista como um processo. Gestão de processos. Conceitos básicos. Mapeamento, análise e redesenho de processos. Implantação, acompanhamento e avaliação. Métodos e técnicas utilizadas na gestão de processos. Perspectivas futuras frente ao modelo tradicional.</p>
--	-----------	--

OBJETIVO GERAL

Fornecer uma visão sistêmica da organização, por meio da apresentação das melhores práticas para reduzir as barreiras departamentais, oferecendo aos participantes a visão geral de processos como metodologia organizacional e como modelo de gestão, assim como apresentar as ferramentas que permitam alinhar os processos de negócios com a estratégia organizacional, utilizando-se do mapeamento e modelagem dos processos e de

seu monitoramento através de indicadores de desempenho e do ciclo de melhoria contínua.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a diferença entre uma estrutura funcional e estrutura por processos da organização;
- Compreender a importância de identificar e controlar os processos críticos em função da estratégia;
- Compreender a importância de orientar o negócio para as necessidades e expectativas dos clientes;
- Saber aplicar ferramentas para análise e melhoria dos processos do negócio;
- Entender os princípios do mapeamento e avaliação do ciclo de serviço com foco no cliente;
- Entender a aplicabilidade das ferramentas da gestão de processos na garantia da qualidade dos serviços;
- Demonstrar os passos necessários para formatação de indicadores de desempenho de processos;
- Conhecer os fatores críticos de sucesso e como implementar a gestão de processos;
- Comentar experiências positivas e dificuldades de implantação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, José Ernesto Lima. As empresas são grandes coleções de processos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.40, n.1, p. 6-19, jan./mar. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v40n1/v40n1a02>. Acesso em 20 out. 2019.

GONÇALVES, José Ernesto Lima. **Processos, que processos**. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/rae/v40n4/v40n4a02.pdf>. Acesso em 20 out. 2019.

BRASIL. **Guia de Gestão de Processos de Governo**. Ministério do Planejamento e Gestão, Julho de 2011. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/Tecnologias/pasta.2010-04-26.0851676103>. Acesso em 20 out. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIDELIS, Gilson José. **Gestão de pessoas estrutura, processos e estratégias empresariais**. São Paulo: Erica, 2014. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

BURMESTER, Haino. **Manual de gestão, organização, processos e práticas de liderança coletiva**. São Paulo: Saraiva, 2018. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

PAVANI JÚNIOR, Orlando; SCUCUGLIA, Rafael. **Mapeamento e gestão por processos**. M. Books, 2011.

SORDI, José Osvaldo de. **Gestão por Processos: Uma abordagem da moderna administração**. Editora Saraiva, 2013.

VALLE, Rogerio; OLIVEIRA, Saulo Barbará de. **Análise e modelagem de processos de negócio: foco na notação BPMN**. Atlas, 2012.

GPA 13 – Negociação e Gestão de Conflitos

15

A administração pública: patrimonialismo, burocracia, gerencialismo e novo serviço público; Cultura e Conflitos; Ética do Servidor Público e conflitos funcionais; Conflito e gestão - tipologias de conflitos; fontes de conflitos; níveis de conflito; Gestão de conflitos e dimensões de complexidade.

OBJETIVO GERAL

Analisar os processos gerenciais públicos e o enfrentamento de conflitos, particularmente, diante da concessão de serviços públicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os elementos marcantes da cultura gerencial pública nacional e seus reflexos na geração e no gerenciamento de conflitos entre os interesses públicos e os privados.
- Caracterizar os conflitos presentes no ambiente organizacional e identificar os elementos motivadores dos mesmos, bem como, seu gerenciamento diante de aspectos da complexidade.
- Analisar as principais técnicas de resolução de conflitos aplicadas ao ambiente organizacional (negociação, conciliação, arbitragem e Justiça Estatal).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, André Gomma de. O processo de negociação: Uma breve apresentação de inovações epistemológicas em um meio autocompositivo. **Revista dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**, no. 11, Jul./Dez. 2001, págs. 13 a 24. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9528347-O-processo-de-negociacao-uma-breve-apresentacao-de-inovacoes-epistemologicas-em-um-meio-autocompositivo-andre-gomma-de-azevedo.html>. Acesso em 11 Jun. 2021.

MACHADO, Vivina. **Diálogos e Gestão Criativa de Conflitos: método centrado na complexidade do pensamento e simplicidade da ação**. Lauro de Freitas: Solisluna, 2020. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Comunicação e negociação conceitos e práticas organizacionais**. São Paulo: Erica, 2014. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHAL, Eugenio do. **Negociação e administração de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LOPES, Sonia. **Negociação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

Lei de Conflito de Interesses nº 12.813, de 16 de 2 Maio de 2013: Perguntas e Respostas. Moretto Neto, Luís. Administração de Conflitos/ Luís Moretto Neto, Simone Machado Moretto Cesconetto. Departamento de Ciências da Administração/UFSC, (Brasília) MAPA, 2010. 80p.

MARTINELLI, Dante P. **Negociação e Solução de Conflitos: do impasse ao ganha-ganha através do melhor estilo**/Dante P. Martinelli e Ana Paula de Almeida. -1ªed. 8ªreimpressão. – São Paulo: Atlas, 2008.

COHEN, Steven. **Como se tornar um bom negociador: 24 passos para fechar acordos duradouros e lucrativos**/ Steven Cohen; tradução de Willian Lagos. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

<p>GPA 14 - Projetos Públicos: Elaboração e Gestão</p>	<p>30</p>	<p>Considerações gerais sobre políticas, programas, projetos públicos no contexto brasileiro; O gestor de programas e projetos públicos: desenvolvimento de competências; As funções gerenciais: planejamento, organização, coordenação, direção e controle; Eficiência, eficácia e efetividade em programas e projetos públicos. Projetos públicos versus privados. Ferramentas e métodos para elaboração, execução de projetos públicos; Monitoramento e avaliação; Indicadores: conceitos, e tipos; Ciclo da avaliação; Práticas de sucesso em projetos públicos.</p>
---	-----------	--

OBJETIVO GERAL

Fornecer elementos teóricos e práticos para que os alunos aprofundem seus conhecimentos e aprimorem sua ação profissional em relação a elaboração e gestão de projetos públicos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o contexto e a aplicabilidade da elaboração e gestão de projetos públicos
- Conhecer as técnicas de elaboração e gestão de projetos públicos
- Desenvolver a capacidade dos alunos para a melhoria dos aspectos relacionados a eficiência, eficácia e efetividade dos projetos públicos
- Identificar as habilidades e competências para gerenciar projetos públicos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORREIA NETO, Jocildo Figueiredo. **Elaboração e avaliação de projetos de investimento considerando o risco**. Rio de Janeiro: GEN-Atlas, 2009. Acesso on-line

BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

REZENDE, Denis Alcides. **Inteligência organizacional como modelo de gestão em organizações privadas e públicas guia para projetos de Organizational Business Intelligence - OBI**. São Paulo: Atlas, 2015. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

MOLINARI, Leonardo. **Gestão de projetos: teoria, técnicas e práticas**. São Paulo: Erica, 2010. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

XAVIER, Carlos Magno da Silva. **Gerenciamento de projetos: como definir e controlar o escopo do projeto**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SABBAG, Paulo Yazigi. **Gerenciamento de projetos e empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PMI. **PMBOK. Guia do conhecimento em gerenciamento**. Quarta edição. Editora Saraiva. São Paulo, 2012.

TONI, Jackson de. **Planejamento e Elaboração de Projetos: Um desafio para a gestão no setor público**, Porto Alegre, 2003.

MINTZBERG, Henry. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

<p>GPA 15 - Monitoramento e Avaliação da Gestão Governamental</p>	<p>30</p>	<p>Conceituação e características de indicadores. Identificação de aspectos relevantes e mensuráveis de um projeto ou ação com vistas à construção de indicadores de desempenho. Construção de indicadores de desempenho para contratualização; Tipos de indicadores (de esforço, de resultados). Qualidade dos indicadores. Análise simplificada e estudos de caso visando à compreensão do uso de indicadores como avaliação de processo em curso ou concluídos, correção de planejamento e mensuração de resultados.</p>
<p>OBJETIVO Fornecer elementos teóricos e práticos para que os alunos aprofundem seus conhecimentos e aprimorem sua ação profissional em relação ao Monitoramento e Avaliação da Gestão Governamental</p> <p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS - Compreender a necessidade de aprimoramento da estrutura de Monitoramento e</p>		

Avaliação da Gestão Governamental

- Estimular a prática de mensuração de resultados de ações públicas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SUZART, Janilson Antonio da Silva; ROCHA, Diones Gomes da; ZUCCOLOTTO, Robson. **O novo padrão de contabilidade aplicado ao setor público**: estrutura conceitual. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. Acesso on-line BU Udesc (<https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca>).

MACIEL, Pedro Jucá. Finanças públicas no Brasil: uma abordagem orientada para políticas públicas. **Revista de Administração Pública** [online]. 2013, v. 47, n. 5, pp. 1213-1241. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000500007>. Acesso em 08 Ago. 2019.

VARGAS, Neide César. Finanças públicas e evolução recente da noção de disciplina fiscal. **Economia e Sociedade** [online]. 2012, v. 21, n. 3, pp. 643-666. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000300007>. Acesso em 08 Ago. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas**: a política orçamentária no Brasil. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UNB, 2009.

BIZELLI, J. L.; CINTRÃO, LUCIANO P. **Inovação, Governança Pública e Desenvolvimento**. In: CASAGRANDE, E. E. (Org.). *Intervenção fiscal e suas dimensões: teoria, política e governança*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SILVA, Fernando Antonio Rezende da; CUNHA, Armando Moreira da (Orgs.). **Disciplina fiscal e qualidade do gasto público**: Fundamentos da Reforma Orçamentária. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MENDES, Marcos (org.). **Gasto público eficiente**: 91 propostas para o desenvolvimento do Brasil. Topbooks. São Paulo, 2006.

GPA 16 - Gestão Pública para Resultados

30

Gestão pública para resultados. Modelos de gestão para resultados. Modelo de excelência, da competitividade, da qualidade e da sustentabilidade organizacional. Gespública.

OBJETIVO GERAL

Contextualizar a abordagem de resultados no campo da administração pública, proporcionando contato dos alunos com os principais modelos e instrumentos de gestão disponíveis para isso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contextualizar a adoção da abordagem por resultados na administração pública.
- Problematizar a contribuição da Administração Pública Gerencial para a abordagem de resultados.
- Incentivar a compreensão acerca de modelos não exclusivamente gerenciais para pensar resultados na administração pública.
- Apresentar instrumentos de administração pública para resultados, tanto na perspectiva gerencial quanto na perspectiva desenvolvimentista.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Taisa; CARIO, Silvio. A. F. A relação entre Estado e sociedade no século 21: a perspectiva para a econômica como estratégia neodesenvolvimentista. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, p. 370-403, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/2529/3389>. Acesso em 10 fev. 2021.

GARCES, A.; SILVEIRA, J. P. Gestão pública orientada para resultados no Brasil. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 53, n. 4, p. p. 53-77, 2014. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/294>. Acesso em: 8 ago. 2021.

CARNEIRO, R., and MENICUCCI, TMG. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. In **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 1. pp. 135-194. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/895sg/pdf/noronha-9788581100159-06.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO, Pedro Antônio de; SCHLICKMANN, Raphael. **Qualidade na prestação do serviço público**. Florianópolis: CAD/CSE/UFSC, 2010.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. São Paulo: Ed. FGV, 2005.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Em busca de uma nova síntese para a administração pública: textos para discussão**. Brasília: ENAP, 2010.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, 2009.

MARTINS, Humberto F.; MARINI, Caio. **Um guia de Governança para Resultados na Administração Pública**. São Paulo: Publix, 2010.

	15	A Essência Filosófica do Empreendedorismo. O
--	----	--

<p align="center">GPA 17 - Gestão Empreendedora no Setor Público</p>	<p>Empreendedorismo Coletivo, Social e Público. O Indivíduo Empreendedor: influência dos aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos. O Empreendedorismo Institucional ou Intra empreendedorismo. O Processo Empreendedor: Estratégia, Aquisição de Recursos e o Processo de Organização. Fontes e Fomentos para Empreendimentos Públicos Inovadores. O Papel do Estado para fomentar a ação empreendedora. Empreendedorismo e o Desenvolvimento Econômico.</p>
<p>OBJETIVO GERAL Apresentar o empreendedorismo e o intraempreendedorismo públicos como fenômenos que fomentam a eficiência e a melhoria da gestão pública.</p> <p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentar os conceitos de empreendedorismo e intraempreendedorismo. - Apresentar os conceitos de empreendedorismo e intraempreendedorismo públicos. - Traçar um histórico dos modelos de administração públicas experimentados pelo Brasil. - Descrever o conceito de Nova Gestão Pública. - Analisar as melhores práticas intraempreendedoras da gestão pública. - Descrever o papel do Estado para fomentar a ação empreendedora. 	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ANDRADE, Carolina Riente de e Ckagnazaroff, Ivan Beck Seleção e monitoramento de empreendedores públicos à luz da gestão por competências. Revista de Administração Pública [online]. 2018, v. 52, n. 3, pp. 469-485. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7612169702. Acesso em 15 de abr. 2021.</p> <p>EMMENDOERFER, Magnus Luiz. Inovação e empreendedorismo no setor público. Brasília: Revista Enap, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4282/1/6_Livro_Inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20empreendedorismo%20no%20setor%20p%C3%BAblico.pdf. Acesso em 14 abr. 2021.</p> <p>DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015, Acesso on-line BU Udesc (https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca).</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BARON, Robert A. Empreendedorismo uma visão do processo. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Acesso on-line BU Udesc (https://pergamumweb.udesc.br/biblioteca).</p>	

DE PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
PEREIRA, José Matias. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2009.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UNB, 2009.

MELO, Pedro Antônio de; SCHLICKMANN, Raphael. **Qualidade na prestação do serviço público**. Florianópolis CAD/CSE/UFSC, 2010.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

12. CONCEPÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

Os princípios filosóficos e metodológicos que norteiam as práticas de ensino-aprendizagem na EAD são aqueles descritos no PDI e PPI da ENA. No entanto, sabe-se que há especificidades na modalidade EAD e características que a distinguem da modalidade presencial. Na ENA, a Educação a Distância é um processo que prima pela excelência da relação ensino-aprendizagem e que ganha relevância quando deixa explícita sua potencialidade de ampliar o acesso à educação, sendo uma forte aliada do processo de democratização da educação e do saber.

É importante destacar que, quando falamos de Educação a Distância, estamos, na verdade, tratando de algo muito maior, que é a educação. A seguir, apresentamos alguns conceitos que dão vida e visibilidade a essa modalidade de ensino. De acordo com o Decreto nº 9.057, de 2017:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Tal como relata Preti (*apud* LOPES; FARIA, 2013), ao se falar de EAD, é necessário não centrar o foco na “distância”, mas, sim, nos processos formativos da Educação, fazendo referência a abordagens contextualizadas, situadas, críticas e libertadoras da Educação. A era moderna da EAD foi concebida nessa terceira revolução educacional.

(...) é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais. (MOORE; KEARSLEY, 2008, p. 2)

A definição de EAD apresentada por Otto Peters vai além da visão meramente descritiva. O autor, ao revisar a sua própria concepção original de EAD, ressalta que não se deve concebê-la apenas sob a ótica da “distância” entre professor e estudantes, ou meramente pela introdução de tecnologias para a mediação do processo de aprendizagem (PETERS, 2009 *apud* LOPES; FARIA, 2013).

A EAD, portanto, não deve ser vista apenas a partir da tentativa de conceituá-la, mas de seus objetivos, aquilo para que e para quem ela se destina. Nessa visão, a EAD precisa ser entendida como uma prática social, essencialmente humana, que toma como objeto não somente um indivíduo isolado, mas grupos ou classes sociais. E, nesse sentido, ela também tem uma dimensão política, situada em um dado momento, sendo determinada, por consequência, pelas condições históricas do período no qual se insere (PRETI, 2002; BELLONI, 2008; VÁZQUEZ, 2007 *apud* LOPES; FARIA, 2013).

A Educação a Distância se define como um processo de construção de relações, em que os alunos, como seres ativos e interativos, na relação com o mundo, são responsáveis pela direção e significado daquilo que aprendem. No entanto, mesmo tendo essas premissas presentes na EAD da ENA, o aluno conta com total suporte equipe da secretaria acadêmica, dos professores e da coordenação de curso.

A concepção do processo de ensino-aprendizagem tem como foco as premissas estabelecidas no PDI para as políticas didático-pedagógicas. A EAD na ENA é entendida como um sistema vivo e que tem total articulação com as políticas institucionais de ensino.

O processo de mediação docente na sala de aula virtual é entendido como primordial para o sucesso das práticas de EAD na ENA. O professor, que atua na relação com os alunos, é capacitado para esse fim, bem como é orientado e supervisionado ao longo da oferta de todas as disciplinas. A mediação ocorre por meio das interfaces de interação e comunicação no LMS. A efetiva interação aluno-professor é parte integrante e imprescindível da construção do aprendizado, pois norteia a complementação dos conteúdos previstos, permitindo algum grau de personalização, levando em conta não somente a matéria a ser apreendida, mas, especialmente, a forma ideal para que seja assimilada conforme o perfil do aluno/turma.

Com essas premissas, a ENA entende que é possível empreender um processo de formação cujo eixo seja o aprender a aprender, com vistas ao desenvolvimento de competências para o exercício profissional, pessoal e como cidadão. Estando capacitado a buscar caminhos convergentes com as necessidades postas pelo mercado, o sujeito estará em condições potenciais de manter um processo constante de aprendizado, alocando sua experiência e suas construções cognitivas por ocasião da interação com o meio – social e historicamente situado –, fazendo dessa interação elemento propulsor de novas construções, em um aprendizado constante.

As metodologias ativas – sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas e projetos e o ensino híbrido – também são uma realidade no processo ensino-aprendizagem da ENA. De acordo com Bacich e Moran (2018, p. 4):

Metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida. As metodologias ativas, num mundo conectado e digital, expressam-se por meio de modelos de ensino híbridos, com muitas possíveis combinações. A junção de metodologias ativas com modelos flexíveis e híbridos traz contribuições importantes para o desenho de soluções atuais para os aprendizes de hoje.

A responsabilidade da ENA é oferecer a esses aprendizes as melhores soluções. Para tanto, são necessários a participação e o alinhamento institucional em torno de uma visão compartilhada por toda a equipe da ENA acerca do modelo adotado.

12. RECURSOS DIDÁTICOS E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

O planejamento, a elaboração, a oferta e a avaliação da oferta de recursos didáticos e tecnologias educacionais em cursos EAD são condições *sine qua non* para o sucesso do processo ensino-aprendizagem. .

Para a ENA o professor é aquele que vai atuar em todas as modalidades de ensino, ou seja, não há no quadro docente da ENA a figura do tutor ou professor tutor, nomenclaturas mais usadas para aquele professor que atua na modalidade a distância.

Para a ENA, o professor é aquele responsável pelos processos de planejamento, desenho, curadoria, mediação, acompanhamento e avaliação dos alunos no processo ensino-aprendizagem em todos os níveis e modalidades de ensino.

A contratação dos docentes e consultores colaboradores é realizada por inexigibilidade de contratação, na modalidade de Credenciamento. A ENA, por sua característica própria de Escola de Governo, não possui quadro próprio de professores. Eles são contratados à medida que novos projetos de cursos são solicitados e aprovados pelos órgãos de governo demandantes. Os docentes colaboradores são credenciados com base no Decreto nº 3.148, de 2010, e alterações posteriores, e na Resolução nº 1, de 2018, que estabelece critérios a serem analisados pela Comissão de Credenciamento de Docentes, podendo o pedido ser deferido, indeferido ou ir para diligência.

Os currículos são avaliados mediante tabela de pontuação de credenciamento, previamente desenvolvida pela Comissão para avaliação dos currículos, onde serão avaliados os seguintes critérios: titulação do professor, experiência docente, experiência profissional e experiência em capacitação/treinamento.

Após o processo de capacitação dos professores, a equipe da DITEC irá acompanhar junto com a coordenação do curso a organização da disciplina e postagem dos recursos didáticos no LMS (Moodle) e conforme modelo estabelecido para o curso.

Os recursos didáticos que os professores irão elaborar e/ou organizar poderão ser:

- Recursos digitais externos, entende-se todo e qualquer material didático em formato digital – livros didáticos (das bases de dados da Universidade ou outros de base de dados livres, artigos, videoaulas externas, blogs, site de empresas e organizações). Nesse tipo de produção, o professor irá selecionar os recursos que irão compor a disciplina.
- Recursos digitais internos, entende-se todo e qualquer material didático, em formato digital, elaborado pelo professor. Pode ser em formato de artigos (textos mais curtos, com início, meio e fim) ou de livro didático, contemplando todos os conteúdos propostos na ementa da disciplina, por exemplo. Roteiros de leituras (de recursos externos) também são considerados recursos internos.
- Recursos audiovisuais: vídeos e podcast são exemplos deste tipo de recurso. A utilização de recursos audiovisuais é primordial na organização de todo e qualquer curso EAD. É importante que estes recursos sejam diversificados,

contendo vídeos externos (YouTube e outras plataformas), além daqueles gravados internamente.

- Encontros síncronos: cada disciplina terá momentos síncronos estabelecidos no calendário do curso e de cada disciplina. Os encontros ocorrerão por meio da plataforma Zoom e serão gravados para posterior postagem na disciplina. Os estudantes e professores poderão participar de local apropriado e a escolha de cada um.
- Os instrumentos de avaliação da aprendizagem obrigatórios e não obrigatórios também farão parte de cada disciplina.

13. O CORPO DOCENTE

O corpo docente dos cursos de especialização serão constituídos no mínimo de 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente. (BRASIL, 2018).

Antes e ao longo da oferta dos cursos e/ou disciplinas, a ENA realiza as primeiras orientações para o professor que foi contratado, acompanha e avalia também por meio da diretoria técnico científica e suas respectivas gerências, através dos registros acadêmicos, em relação ao cumprimento de programas, prazos e aos objetivos propostos pela instituição, para verificar se estão em consonância com as propostas do projeto pedagógico do curso, do PDI e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

É importante salientar que os aspectos a seguir serão aplicados para todas as modalidades de ensino. Os aspectos que a ENA leva em consideração na avaliação do trabalho docente e que estão previstos são:

- a) **Reuniões e Capacitações** - O professor deverá participar de reuniões e programa de capacitação inicial e continuada em caráter administrativo e pedagógico, solicitadas DITEC (Diretoria Técnico Científica), sendo esse fator condicionante para a permanência na função. As reuniões e capacitações poderão ser presenciais ou à distância, por videoconferência, com agendamento prévio, para ser orientado acerca das atividades que deverá desenvolver junto a turma, curadoria da disciplina, organização e postagem dos recursos didáticos, elaboração de instrumentos de avaliação, cronograma de entregas, avaliações regulares, capacitações para a utilização do AVA etc.
- b) **Equipamentos Tecnológicos** - O professor deverá possuir equipamento tecnológico próprio e adequado para o exercício das atividades, tais como computador do tipo desktop ou notebook, com câmera, microfone e caixa de som (externas ou internas), bem como velocidade de internet adequada para a realização das atividades regulares (mínimo de 10 MB de velocidade). Sendo o responsável pela aquisição e manutenção de todos os equipamentos e softwares necessários para o exercício da função.
- c) **Curadoria e organização da disciplina** - curadoria educacional é o processo de triagem, avaliação e organização de recursos didáticos e elaboração de instrumentos avaliativos. O professor irá realizar a curadoria dos recursos didáticos, cuidando e zelando pela qualidade e confiabilidade dos conteúdos. Os recursos didáticos, preferencialmente digitais, poderão ser artigos científicos, livros, artigos de jornais e revistas, vídeos externos, vídeos produzidos pelo professor, infográficos, roteiros e trilhas de aprendizagem, podcast, exercícios, avaliações do tipo estudos de caso, situações problemas, pesquisas etc. Os recursos didáticos e avaliações serão postados pelo professor e equipe da DITEC no AVA de cada curso/disciplina, conforme cronograma estabelecido na formação.

- d) **Desempenho acadêmico dos estudantes** - O professor deverá orientar e estimular a aprendizagem dos estudantes, individualmente ou em grupo, motivando sua participação ativa e autônoma nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Auxiliar os estudantes na aquisição de hábitos relativos ao estudo autônomo e na compreensão de sua importância para a realização de um curso a distância. Estimular o estudante a aprofundar seus estudos, indicando fontes de pesquisa e leitura complementar. Avaliar o desempenho do estudante mediante provas, trabalhos e participação em atividades interativas, procedendo ao registro e publicação das notas dentro dos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico, registrando, assim, o desempenho acadêmico dos estudantes.
- e) **Atendimento aos estudantes** - O professor deverá acompanhar o acesso dos estudantes à Plataforma em todas as atividades online, agindo de forma preventiva e corretiva junto aos estudantes, atuando no esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo. Orientar os estudantes em relação à navegação no AVA (Ambiente Virtual de Aprendizado) e a utilização dos demais recursos instrucionais adotados no curso. Comunicar-se com os estudantes de forma restrita ao AVA, bem como prezar pela leitura diária do e-mail, canal para todas as comunicações oficiais da coordenação entre outros. Para isso deve ter a regularidade de abrir e-mail diariamente, desconsiderando-se justificativa para atrasos ou perdas de prazos em função de desconhecimento de comunicação. Prover atendimento aos estudantes, também individualizados, nos diferentes meios de comunicação oficial disponíveis, dentro dos prazos previamente estabelecidos (em até 48 horas), excluindo-se sábados, domingos e feriados.
- f) **Mediação Pedagógica** - o professor deverá valorizar o caráter interdisciplinar das ações pedagógicas necessárias à construção do conhecimento pelo estudante. Participar do processo de avaliação do curso, identificando as necessidades de atualizações, correções e aperfeiçoamento. Apontar para a ENA, a partir das observações e das críticas recebidas dos estudantes, propondo melhorias.
- g) **Encontros síncronos** - cada disciplina poderá contar com momentos síncronos entre professor e estudantes. Esses momentos poderão ser para aulas expositivas, estudos de caso, atividades em grupo, seminários, apresentação de trabalhos, palestras com convidados externos etc. Desta forma será necessário que o professor se organize para atuar nestes encontros conforme estabelecido em calendário acadêmico.
- h) **Correções de provas e lançamento das notas na plataforma** - é de responsabilidade do professor elaborar provas e atividades avaliativas para o curso, submetendo tais atividades à aprovação da coordenação do curso e DITEC. Corrigir e postar na plataforma as notas dos estudantes. Manter o diário de classe atualizado, bem como as notas atualizadas e publicadas, e apresentá-las sempre que solicitado pelo coordenador e secretaria acadêmica da ENA.

- i) **Comprometimento** - o professor deverá ser assíduo e comprometido com os prazos estabelecidos em calendário e plano de trabalho do professor tutor. Cumprir as horas semanais previamente contratadas em caráter de home office.
- j) **Respeito e Ética** - O professor deverá preservar informações gerenciais e acadêmicas privativas da EAD, zelar pela ética e urbanidade nos contatos com colegas de trabalho, coordenadores, professores, equipe administrativa, e, em especial, os estudantes. Respeitando a hierarquia presente na instituição. Cumprir todas as responsabilidades e prazos estabelecidos no Plano de trabalho fornecido pela DITEC.
- k) **Ausências** - O professor deverá comunicar de forma imediata a coordenação responsável nos casos de licenças previstas em lei, tais como casamento, falecimento, nascimento de filhos, entre outras, encaminhando o atestado, certidões, documentos que comprovem sua ausência.

Lista de professores

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1oQwt4zLsz0d66kDK7-7B-iEgALizA6GNRWCP-xkhrH8/edit#gid=0>

13. APROVEITAMENTO DE DISCIPLINA

O aproveitamento das disciplinas se dará por meio de solicitação em formulário próprio, com documentos de comprovação anexados, sendo os seguintes:

I – certificado e/ou diploma do curso de graduação e/ou pós-graduação;

II - histórico escolar com as ementas das disciplinas;

III – serão aceitas até 3 (três) solicitações de aproveitamento, referentes a 3 (três) disciplinas do curso.

Parágrafo único. A solicitação deve ser protocolada na secretaria acadêmica não menos que 30 (trinta) dias antes da primeira aula da disciplina, conforme cronograma do curso. Serão deferidas as solicitações de aproveitamento de disciplina quando houver o percentual mínimo de 70% da ementa e a carga horária for igual ou maior que a disciplina do curso.

13. CERTIFICAÇÃO

O Certificado de Conclusão dos cursos serão concedidos aos alunos que obtiverem aproveitamento mínimo de 70%, respeitando o prazo limite de conclusão do curso em todas as disciplinas.

REFERÊNCIAS

BEHAR, P. A. (Org.). **Modelos pedagógicos em educação a distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 17 jan. 2019.

_____. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>. Acesso em: 17 jan. 2019.

_____. **Resolução MEC nº 1, de 06 de abril de 2018**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em: 17 jan. 2019.

DEPRESBITERIS, L.; TAVARES, R. M. **Diversificar é preciso: instrumentos e técnicas de avaliação da aprendizagem**. São Paulo: Senac, 2009.

ESTEBAN, M. T. (org.). **Ser professora: avaliar e ser avaliada**. In: _____. **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003.

FERRAZ, A. P. C. M.; BELHOT, R. V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 17, n. 2, p.421-431, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104530X2010000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jan. 2019.

FUSARI, J. C. **O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas**. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2008.

HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T. (orgs.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MORAN, J.; BACICH, L. (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

MORETTO, V. P. **Prova: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NUNES, R. C. **A avaliação em educação a distância é inovadora? Uma reflexão**. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1739/1739.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2012.

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. **O aluno virtual**: um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens – Entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.